

Coleção *DIREITO GV*

Maíra Rocha Machado

# INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL

A gestão de problemas internacionais  
por meio do crime e da pena

**DIREITO GV**  
 FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS

editora  34

Editora 34 Ltda.

Rua Hungria, 592 Jardim Europa CEP 01455-000

São Paulo - SP Brasil Tel/Fax (11) 3816-6777 www.editora34.com.br

Edesp - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Rua Pamplona, 227 2º andar Bela Vista CEP 01405-000

São Paulo - SP Brasil Tel (11) 3281-3313 Fax (11) 3262-3701 www.edesp.edu.br

Copyright © Editora 34 Ltda. / Edesp - Escola de Direito de São Paulo da Fundação  
Getúlio Vargas, 2004

*Internacionalização do direito penal* © Maíra Rocha Machado, 2004

A FOTOCÓPIA DE QUALQUER FOLHA DESTE LIVRO É ILEGAL, E CONFIGURA UMA  
APROPRIAÇÃO INDEVIDA DOS DIREITOS INTELECTUAIS E PATRIMONIAIS DO AUTOR.

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica:

*Bracher & Malta Produção Gráfica*

Revisão:

*Ricardo Jensen de Oliveira*

*Graziela Marcolin de Freitas*

1ª Edição - 2004

Catálogo na Fonte do Departamento Nacional do Livro  
(Fundação Biblioteca Nacional, RJ, Brasil)

Machado, Maíra Rocha

M436i Internacionalização do direito penal: a gestão de  
problemas internacionais por meio do crime e da pena /  
Maíra Rocha Machado. São Paulo: Ed. 34 / Edesp,  
2004.

256 p. (Coleção Direito GV)

ISBN 85-7326-311-3

Inclui bibliografia.

1. Direito penal. 2. Direito internacional. 3.  
Jurisdição dos estados 4. Direito e sociedade. I. Título.  
II. Série

## INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL

<i>Agradecimentos</i> .....	7
<i>Prefácio</i> .....	9
I. Introdução .....	13
1. Os problemas e conflitos internacionais .....	14
2. A gestão por meio do crime e da pena .....	19
II. Internacionalização da Produção do Direito Penal .....	25
1. Sistema interestatal .....	29
1.1. Tratados e convenções: processo de elaboração normativa e domínios de intervenção relacionados à matéria penal .....	30
1.2. Responsabilidade internacional dos Estados .....	35
1.2.1. Responsabilidade internacional dos Estados pela ausência de prevenção, cooperação e repressão de crimes internacionalmente definidos .....	36
1.2.2. Responsabilidade internacional dos Estados pela prática de crime internacional .....	38
1.3. <i>Soft law</i> .....	45
2. União Européia .....	52
2.1. A produção normativa comunitária .....	56
2.2. A harmonização das legislações penais nacionais .....	59
2.2.1. O direito comunitário .....	60
2.2.2. A cooperação intergovernamental .....	64
2.3. Unificação: o Projeto de <i>Corpus Iuris</i> .....	69
3. Observações finais: a produção normativa no sistema interestatal e na comunidade européia .....	73
III. Internacionalização da Atividade Jurisdicional .....	83
1. A Jurisdição Universal Nacionalizada ou o Princípio da solidariedade com certos valores e bens jurídicos escolhidos pelo Estado .....	83
1.1. O Caso Eichmann .....	87
1.2. O Caso Pinochet .....	90
1.3. A jurisdição belga sobre os crimes contra a humanidade .....	93
2. A Jurisdição Penal Internacional .....	96
2.1. Intervenção jurisdicional do Conselho de Segurança da ONU .....	97
2.2. Jurisdição penal internacional complementar .....	106

3. Observações finais: três modelos de internacionalização da atividade jurisdicional .....	114
IV. Estudo de Caso: O Grupo de Ação Financeira sobre a Lavagem de Dinheiro .....	127
1. O GAFI — Grupo de Ação Financeira sobre a Lavagem de Dinheiro .....	129
2. Os Precusores: ONU e o Comitê de Basiléia .....	132
3. O “sistema antilavagem de dinheiro”: o crime e o problema .....	138
4. O modelo de atuação estatal proposto pelo GAFI .....	145
4.1. Setor financeiro .....	145
4.2. Legislação penal .....	150
4.3. Intercâmbio entre Estados .....	153
4.3.1. Confisco .....	153
4.3.2. Cooperação internacional e assistência legal mútua .....	156
5. O “sistema antilavagem de dinheiro” no Brasil .....	161
6. O programa de difusão mundial do sistema antilavagem de dinheiro .....	168
7. Processo de avaliação e contramedidas .....	171
7.1. Aos países membros do GAFI .....	171
7.2. Aos países não-membros do GAFI .....	174
8. As clivagens do sistema antilavagem de dinheiro .....	180
8.1. De acordo com o país: membros <i>versus</i> não-membros do GAFI .....	181
8.2. De acordo com o sistema de controle escolhido: sistema penal <i>versus</i> sistema financeiro .....	183
8.3. De acordo com o país e com o sistema de controle: “paraísos fiscais” e “centros financeiros <i>offshore</i> ” .....	186
V. Conclusão .....	203
1. <i>Soft law hardly binding</i> .....	207
2. Unificação, Uniformização, Harmonização .....	210
3. <i>Common law</i> e <i>civil law</i> .....	212
4. O plano do problema e o plano da gestão .....	217
Epílogo .....	229
A Comissão da Verdade e Reconciliação na África do Sul .....	230
A iniciativa da ATTAC e o Imposto Tobin .....	232
<i>Documentos</i> .....	237
<i>Bibliografia específica</i> .....	242
<i>Bibliografia</i> .....	244
<i>Índice de quadros</i> .....	254